

AUGUSTO DE FRANCO



**Conservadorismo,
liberalismo-econômico
e democracia**

DAGOBAH
INTELIGÊNCIA DEMOCRÁTICA

FRANCO, Augusto (2017). Conservadorismo, liberalismo-econômico e democracia. São Paulo: Dagobah, 2018.

Este e-book condensa três artigos publicados em Dagobah, em junho e julho de 2017:

- 1) <http://dagobah.com.br/conservadorismo-liberalismo-economico-e-democracia/>
- 2) <http://dagobah.com.br/conservadorismo-liberalismo-economico-e-democracia-2/>
- 3) <http://dagobah.com.br/conservadorismo-liberalismo-economico-e-democracia-3/>

INTRODUÇÃO

Na Terceira reflexão terrestre sobre a democracia já mostramos que a adesão à democracia não exige a profissão de fé em nenhum corpo de crenças, nem a militância orientada por qualquer doutrina sobre deus (ou religião), natureza (incluindo a chamada natureza humana) ou história, como fazem, respectivamente, o conservadorismo, o liberalismo-econômico e o marxismo. Como já foi escrito no artigo linkado acima:

A opção pela democracia não exige a adesão a um corpo de crenças como filtro para transformar caos em ordem, mas em uma ordem estabelecida pregressamente ou antes da interação propriamente política – transcendente, natural ou imanente: seja porque estaria de acordo com desígnios extra-humanos já estabelecidos (supra-humanos ou sobre-naturais) por uma ordem pré-existente, seja porque derivaria da natureza, seja porque se sintonizaria com a marcha da história ou com suas leis.

Ainda que os discursos sobre a democracia possam expressar conteúdos determinados de mundivisão, como modo de regulação de conflitos (o que ela é, realmente), a democracia é vazia. Isso não significa, entretanto, que determinadas concepções não possam facilitar ou dificultar a compreensão da democracia como ideia (para usar a expressão de John Dewey).

É óbvio que concepções coletivistas, sobretudo marxistas - baseadas na ideia de que a luta de classes é o motor da história - impedem a apreensão e a prática da democracia por levarem diretamente à autocracia. Neste artigo, porém, elas não serão abordadas.

Mas concepções conservadoras e liberais-econômicas, embora, em geral, não impeçam o processo de democratização, dificultam a apreensão do *genos* da democracia. O presente artigo e os seguintes da mesma série serão dedicados a análise dessas concepções.

Faz-se aqui uma distinção importante entre liberalismo-econômico (mais ou menos baseado nas concepções da Escola Austríaca, de von Mises e seus seguidores, porém com muitas variantes) e liberalismo-político (no sentido spinoziano do termo, do fim da política como liberdade e não como ordem). O liberalismo-político, no sentido acima, não só não impede a apreensão e a prática da democracia, como recupera o seu *genos*, estando implicado na reinvenção da democracia pelos modernos.

Existem muitos conservadorismos e muitos liberais-econômicos. Para os propósitos da presente apreciação, vamos tomar, como exemplo de pensamento conservador, os Dez Princípios Conservadores de Russell Kirk (1993) e, como exemplos de pensamento liberal-econômico, duas visões: uma com um viés, que se pretende mais libertário, apresentada nos Dez Princípios do Liberalismo Clássico de Nigel Ashford (2011); e, outra, esposada pelos Institutos Liberais, no Brasil e em alguns países, exposta nos seis princípios do liberalismo de Donald Stewart Jr (1988). Os que

quiserem beber na fonte da Escola Austríaca devem ler o livro de Ludwig von Mises (1927), Liberalismo segundo a tradição clássica.

Tomamos aqui as visões de Kirk, Ashford e Stewart, codificadas como credo ou manual, pela simples razão de que elas são usadas, nesse formato, na catequese dos iniciantes e nosso propósito é analisar até que ponto a inseminação dessas ideias-implante desabilita as pessoas para a compreensão da democracia (ou dificulta essa compreensão).

KIRK

Dez Princípios Conservadores por Russell Kirk

Não sendo nem uma religião nem uma ideologia, o conjunto de opiniões designado por conservadorismo, não possui nenhuma “escritura sagrada” e nenhum “O Capital” para fornecer um dogma. Por mais que se possa estabelecer em que os conservadores acreditam, os princípios primordiais do convencimento conservador foram derivados a partir do que escritores renomados e homens públicos conservadores professaram durante os dois séculos passados. Após algumas observações introdutórias neste tema geral, eu listarei dez destes princípios conservadores.

Talvez seja mais apropriado, na maior parte das vezes, usarmos a palavra “conservador” como um adjetivo. Isto porque não existe nenhum “Modelo Conservador”, e o conservadorismo é a negação da ideologia: é um estado da mente, um tipo de caráter, uma maneira de olhar a ordem social civil.

A atitude que nós chamamos de “conservadorismo” é mantida por um conjunto de sentimentos ao invés de um sistema de dogmas ideológico. É quase completamente verdadeiro que um conservador pode ser definido como uma pessoa que se pensa como tal. O movimento ou o conjunto de opiniões conservadoras pode acomodar uma diversidade considerável de pontos de vista em

muitos temas, não havendo nenhum “Test Act” ou “Thirty-Nine Articles” do credo conservador.

Em essência, o conservador é simplesmente alguém que considera as coisas permanentes mais agradáveis do que o “Chaos” e a “Old Night”. (Contudo os conservadores sabem, com Burke, que saudáveis “mudanças são os meios de nossa preservação”). Uma experiência de continuidade histórica das pessoas, diz o conservador, oferece uma guia para a política muito melhor do que os projetos abstratos de filósofos de botequim. Mas naturalmente há mais a motivar o conservador do que esta atitude geral.

*Não é possível redigir um catálogo completo das convicções conservadoras; não obstante, eu ofereço-lhe, resumidamente, dez princípios gerais. Parece seguro dizer que a maioria dos conservadores subscreveria a maior parte destas máximas. Em várias edições de meu livro *The Conservative Mind*, eu listei determinados cânones do pensamento conservador — a lista difere um tanto de edição em edição; na minha antologia *The Portable Conservative Reader* eu ofereço variações sobre este tema. Agora eu lhes apresento um sumário das suposições conservadoras que diferem um tanto de meus cânones destes dois livros. Especificamente, a diversidade de maneiras em que as visões conservadoras podem encontrar expressão é por si só uma prova de que o conservadorismo não é nenhuma ideologia fixa. Que princípios particulares os conservadores enfatizam em uma época específica, variarão com as circunstâncias e as necessidades dessa era. Os*

seguintes dez artigos de crença refletem as ênfases dos conservadores na América de hoje em dia.

O que Kirk chama de conservadorismo pode não ser uma ideologia no sentido de um corpo doutrinário determinado e codificado, mas é impossível alegar que não se trata de uma ideologia (no sentido clássico mesmo do termo, como uma realidade ideal criada por uma mundivisão, para tentar resolver, no mundo da idealidade, problemas que não podem ser adequadamente resolvidos, por quem tem tal mundivisão, no mundo da materialidade).

1- Ordem moral

Primeiramente, o conservador acredita que existe uma ordem moral duradoura. Que a ordem está feita para o homem, e o homem é feito para ela: a natureza humana é uma constante, e as verdades morais são permanentes.

A palavra ordem significa harmonia. Há dois aspectos ou tipos de ordem: a ordem interna da alma, e a ordem exterior da comunidade. Há vinte e cinco séculos, Platão ensinou esta doutrina, mas mesmo os letrados de hoje em dia encontram dificuldades em compreender. O problema da ordem tem sido uma preocupação central dos conservadores desde que o termo conservador passou a fazer parte da política.

Nosso mundo do século vinte experimentou as consequências hediondas do colapso da crença em uma ordem moral. Como as atrocidades e os desastres da Grécia no quinto século antes de Cristo, a ruína de grandes nações em nosso século mostra-nos o poço em que caem as sociedades que se enredam em ardilosos interesses próprios, ou engenhosos controles sociais, como alternativas mais palatáveis a uma antiquada ordem moral.

Foi dito pelos intelectuais de esquerda que o conservador acredita, com o coração, que todas as questões sociais são questões da moralidade privada. Compreendida corretamente, esta indicação é bastante verdadeira. Uma sociedade em que os homens e as mulheres são governados pela opinião em uma ordem moral perene, por um sentido forte de certo e errado, por convicções pessoais sobre a justiça e a honra, será uma boa sociedade — não importa a maquinaria política que utilize; quando uma sociedade em que os homens e as mulheres estão moralmente a deriva, ignorantes das normas, e movidos primariamente pela satisfação dos apetites, será uma má sociedade — não importando quantas pessoas votem ou quão liberal seja sua constituição.

"Primeiramente - diz Kirk - o conservador acredita que existe uma ordem moral duradoura". Aqui fica claro que se trata de uma crença - uma ideologia *stricto sensu*: o conservador *acredita* em alguma coisa, não se comporta - ou interage - desta ou daquela maneira. Ele *acredita*, quer dizer, adota um filtro para transformar caos em ordem. É significativo que o primeiro princípio conservador de Kirk seja, justamente, a ordem (entre

Hobbes e Spinoza, ele ficaria, sem qualquer dúvida, com o primeiro - o que, de pronto, já aponta para fundamentos autocráticos, não democráticos, do seu pensamento).

Uma ordem moral? Como se teria estabelecido - ou quem teria estabelecido - essa ordem moral? Ela seria imanente ao ser humano, à natureza ou à história? Ou seria transcendente (como uma potência super-humana e extra-social - um deus, por exemplo - com capacidade de intervir na história ou de dar o primeiro piparote)?

Segundo Kirk essa ordem moral seria duradoura, posto que inerente à natureza humana (?) que, coerentemente, seria constante. Por isso que as "*verdades morais*" seriam permanentes. Seria uma ordem interna da alma, diferente da ordem exterior da comunidade (esta separação é um ponto importante, que Kirk não explora no texto que analisamos, mas vamos voltar ao tema no próximo parágrafo). Todo pensamento conservador está baseado nesta ideia de ordem. É evidente que, a não ser que se admita, como premissa evidente por si mesma, que haja um ordenador extra-humano do mundo humano, um deus criador do ser humano, esta ordem não passa de uma ordem estabelecida pela visão (conservadora) e não uma ordem pré-existente à visão, capaz de autorizá-la e validá-la. Ou seja, os conservadores não obtiveram essa visão da ordem a partir de alguma descoberta sobre a natureza humana (seja lá o que for). Simplesmente proclamaram que tal ordem existe.

Não vamos entrar agora do debate infundável sobre a natureza da natureza humana (uma controvérsia que não se resolve sem se chegar a

um acordo sobre o que é humano: o ser biológico, o indivíduo da espécie *Homo Sapiens*, ou do gênero *Homo* ou o complexo biológico-cultural, o ente social que chamamos de pessoa)? Por enquanto, fiquemos com a distinção entre dois tipos de ordem (sendo que ordem significa, para Kirk, harmonia - e aqui há outro problema, que examinaremos logo adiante): a ordem interna da alma e a ordem exterior da comunidade. Para justificar tal distinção, o autor alega que "*Platão ensinou esta doutrina*" (olha aí a ideologia novamente). Está correto. Platão ensinou mesmo esta doutrina, de uma ordem anterior (ontologicamente) ao mundo, uma ideia, uma forma perfeita, pré-existente, *ex ante* à interação, que foi se corrompendo com a interação. Mas esse pensamento leva, necessariamente, à autocracia, não à democracia. Por isso que Platão era um adversário da democracia. O mundo real (fenomênico), o conjunto de eventos que ocorrem sempre em razão de algum tipo de interação, não é bem o verdadeiro mundo, como modelo ou arquétipo, existente antes da interação, ou seja, o mundo das formas ideais universais que existem (ou existiam) antes da corrupção do tempo... Por isso, os que têm acesso a esse mundo das formas por meio do conhecimento (*episteme*) têm o direito - e o dever, supõe-se - de dirigir os que não o têm e que se debatem no particular e no precário mundo das opiniões (*doxa*). Este é o fundamento do governo dos sábios de Platão, como se sabe, um regime político (a rigor, a-político) autocrático, baseado na separação entre sábios e ignorantes (em que os segundos estão condenados a ser dirigidos pelos primeiros).

A ideia de ordem como harmonia, entretanto, traz outro problema. A harmonia é um ideal extra-político. Quem precisa de harmonia é a autocracia (para que cada coisa fique no seu melhor lugar, como as partes de um quadro de Velázquez - dizia o fundador da Opus Dei, Josemaría Escrivá de Balaguer - e não saia saliente por aí mudando de posição). A democracia nunca pretendeu materializar um ideal de harmonia capaz de se expressar socialmente na forma política do consenso (derivado do conhecimento certo sobre qualquer ordem). Porque a democracia não tem como finalidade consertar a sociedade e pacificar os homens que dissentem por terem interpretações divergentes do bem a ser alcançado a partir de uma fórmula harmonizante dos conflitos. A democracia é, justamente, uma convivência com o conflito (portanto, desarmônica) e uma forma não guerreira de regulá-lo: mas mantendo o dissenso, não suprimindo-o.

A *boa sociedade* de Kirk, segundo suas próprias palavras, é aquela em que *"os homens e as mulheres são governados pela opinião em uma ordem moral perene, por um sentido forte de certo e errado... [não] uma sociedade em que os homens e as mulheres estão moralmente à deriva, ignorantes das normas, e movidos primariamente pela satisfação dos seus apetites..."* (esta seria, para ele, a *má sociedade*). Esse sentido forte de certo e errado se expressaria, por exemplo, por *"convicções pessoais sobre a justiça e a honra"*. Mas trata-se realmente de uma opinião? Ou de uma crença na ordem moral derivada de um conhecimento (da crença)? Se Kirk fala das pessoas *"ignorantes das normas"*, parece que se trata mesmo de conhecimento (das normas), ou seja, de uma opinião que só pode ser

válida quando expressa um conhecimento verdadeiro, uma *orto-doxa* (que é a negação da *doxa*, que é sempre qualquer *doxa*).

Mas se há uma ordem moral duradoura, inerente à natureza humana - já que é a ordem que "*está feita para o homem e o homem é feito para ela*" - como os homens podem deixar de cumpri-la entregando-se aos seus apetites e ignorando-a? E se os homens podem ignorá-la, a despeito de essa ordem moral estar inscrita na sua natureza, trata-se então de fazê-los conhecê-la? Tudo indica que sim. Ou seja, existe uma ordem correta, mas para adotá-la como critério axiológico-normativo, aos homens não basta se comportarem de acordo com a sua natureza: eles precisam conhecê-la discricionariamente, não por *comercium spiritum* e sim pela apreensão de um *nexus rerum* - o que significa conhecer um discurso sobre ela. Ora, isso significa que, para Kirk, há um conteúdo a ser apreendido. Como fez Platão, é preciso ensinar-lhes (aos homens) uma... *doutrina* (sim, este foi o termo empregado por Kirk).

A ideologia da ordem é uma doutrina que temos que ensinar aos homens para que sua sociedade seja boa. Este primeiro princípio de Kirk revela um cognitivismo, não um interativismo. É um apreender alguma coisa e não um aprender na vida comum (pela experiência de interagir no fluxo da convivência social, mudando com o mundo, como dizia Maturana). Ou seja, é uma ideologia de professores que, como toda ideologia de professores, é uma *kabbalah* que substitui a árvore (ou ordem) da vida pela árvore (ou ordem) do conhecimento sobre a vida (que alguém - eis o ponto - ordenou, posto que ela não pode ser aprendida espontaneamente por todos, mas deve ser ensinada ou apreendida por força de um

ensinamento). Ora, isso não é uma ordem emergente da interação, *bottom up* e sim uma ordem pré-existente à interação que deve ser estabelecida *top down* pelos que conhecem as normas capazes de levar a sociedade a ser uma sociedade boa.

Por vários motivos - poder-se-ia dizer, por todos os motivos decifráveis do seu discurso - esse primeiro princípio de Kirk dificulta a compreensão da democracia. Não apenas dificulta: é um princípio que legitima claramente a autocracia (ou seja, um regime baseado na ordem, não na liberdade).

2 - Costume, convenção e continuidade

Segundo, o conservador adere ao costume, à convenção, e à continuidade. São os princípios antigos que permitem que as pessoas vivam juntas pacificamente. Os demolidores dos costumes destroem mais do que sabem ou desejam. É através da convenção, palavra tão abusada nos nossos tempos, que conseguimos evitar disputas perpétuas sobre direitos e deveres: as leis, em sua essência, são um conjunto de convenções. Continuidade é o agregado dos meios de se ligar uma geração à outra, e ela importa tanto para a sociedade quanto para o indivíduo. Sem ela, a vida é sem sentido. Quando revolucionários bem sucedidos apagaram velhos costumes, ridicularizaram antigas convenções e quebraram a continuidade das instituições sociais, neste mesmo instante descobriram a necessidade de repô-los por novos, mas este processo é lento e penoso, e a nova ordem social que eventualmente emerge nestas

circunstâncias pode ser muito inferior à velha ordem que os radicais superaram em sua ardorosa busca pelo “Paraíso Terreno”.

Conservadores são campeões dos costumes, convenção e continuidade, porque eles preferem o diabo que conhecem do que àquele que não. Ordem, justiça e liberdade, eles acreditam, são produtos artificiais de uma longa experiência social, o resultado de séculos de tentativas, reflexão e sacrifício. Desta forma, o corpo social é um tipo de corporação espiritual, comparável à Igreja, podendo mesmo ser chamada de comunidade de almas. A sociedade humana não é nenhuma máquina para ser tratada mecanicamente. A continuidade, o sangue da vida de uma sociedade, não pode ser interrompida. O lembrete de Burke sobre a necessidade de mudanças prudentes está nas mentes dos conservadores. Mas a mudança necessária, argumentam os conservadores, deve ser gradual e discriminatória, nunca removendo antigos interesses de uma vez.

Kirk não explica por que são os *"princípios antigos que permitem que as pessoas vivam juntas pacificamente"*. Se a antiguidade a que ele se refere for a do que chamamos de civilização, a afirmação é falsa. Nos últimos cinco a seis milênios a realidade foi, na maior parte do tempo, a da guerra e não a da paz. Novamente há aqui o mito da velha ordem, uma ordem que seria melhor no passado do que no presente (sim, é puro platonismo). Ainda que ele diga, em seguida, num aparente paradoxo, que a ordem (assim como a justiça e a liberdade) seja produto artificial de uma longa experiência social.

Mas aí aparece uma metáfora bem mais complicada, quando ele diz que *"o corpo social é um tipo de corporação espiritual, comparável à Igreja, podendo mesmo ser chamada de comunidade de almas"*. Corporação? Igreja? Isso, talvez, seja para dizer que o tal "corpo social" cuja *"continuidade é o sangue da vida de uma sociedade... não pode ser interrompida"*. É uma declaração contra a mudança; ou, pelo menos, contra a mudança brusca (o conservadorismo é um pensamento erigido contra a perspectiva revolucionária), a favor das "mudanças prudentes" (Burke, contra a revolução francesa): *"a mudança necessária deve ser gradual... nunca removendo antigos interesses de uma vez"*.

É uma narrativa de manutenção, contra a imprevisibilidade da política e da invenção de um futuro que não seja repetição (no máximo aperfeiçoada) de passado. Os conservadores seriam guardiães da civilização (embora ele não use a palavra, é disso que ele fala).

3 - Prescrição

Terceiro, os conservadores acreditam no que pode ser chamado o princípio da prescrição. Conservadores percebem que as pessoas modernas são anãs sobre os ombros de gigantes, capazes de ver mais longe que seus ancestrais apenas por conta da grande estatura daqueles que os precederam no tempo. Portanto, os conservadores freqüentemente enfatizam a importância da prescrição, isto é, das coisas estabelecidas pelo uso desde tempos imemoriais, de modo que a mente humana não busca os seus contrários. Existem direitos

cuja principal sanção é sua antiguidade, estando os direitos de propriedade, frequentemente, aí incluídos. Da mesma forma, nossa moralidade é em grande parte prescritiva. Os conservadores argumentam ser bastante improvável que nós, os modernos, façamos alguma brava descoberta nos campos da moralidade, política ou gosto. É perigoso ter de ponderar cada problema com base no julgamento e na racionalidade pessoal. O indivíduo é tolo, mas a espécie é sábia, nos ensina Burke. Em política fazemos bem em seguir por precedência, preceito e mesmo pré-julgamento, pois a humanidade adquiriu uma sabedoria muito maior do que qualquer racionalidadezinha de um único homem.

Novamente o mito platônico. Os gigantes estão no passado (quando a ordem estava menos corrompida pela vida comum - sim, ele não diz isso, mas a inferência se impõe no contexto do seu discurso). Os exemplos morais da antiguidade são superiores aos de agora. Não há nada que sustente tais alegações a não ser a vontade de enunciá-las. Ele afirma "*ser bastante improvável que nós, os modernos, façamos alguma brava descoberta nos campos da moralidade, política ou gosto*". Todas as evidências apontam que novas descobertas estimulam mais descobertas, mas o que Kirk está afirmando é que nos campos moral, político e estético (pois no campo do conhecimento, seria ridículo fazer tal afirmação) isso não é verdade.

Pode-se até admitir que, nos campos moral e estético, seja aceitável que alguém pense assim (por preferência ou gosto), mas não no campo político. Afirmá-lo no campo político seria o mesmo que dizer que não é

possível inventar novos modos de regulação de conflitos que sejam melhores do que os modos antigos; por exemplo, seria como dizer que quase quatro milênios de autocracia, experimentados antes dos atenienses inventarem a democracia, são melhores do que os quinhentos anos de democracia dos antigos e dos modernos. Pois na maior parte do tempo antigo (considerando o tempo da chamada civilização) vivemos sob autocracias (sendo que a democracia só foi ensaiada em 96 minutos, se um dia - 24 horas - corresponder a seis milênios de história).

Tal como Burke - considerado o pai do conservadorismo político - a democracia não é uma coisa boa. Burke chegou mesmo a afirmar que ela é a coisa mais vergonhosa do mundo. Não é preciso argumentar mais para mostrar que este é um pensamento que valida a autocracia.

4 - Prudência

Quarto, os conservadores são guiados por seu princípio da prudência. Burke concorda com Platão que para o estadista, a prudência é a maior dentre as virtudes. Qualquer medida pública deve ser avaliada por suas prováveis conseqüências de longo prazo, e não meramente por alguma vantagem ou popularidade temporárias. Os liberais e os radicais, diz o conservador, são imprudentes: perseguem seus objetivos sem dar muita atenção ao risco de que novos abusos sejam piores do que os males que esperam eliminar. Como John Randolph de Roanoke bem colocou, a providência move-se lentamente, mas o diabo sempre se apressa.

Sendo complexa a sociedade humana, os remédios não podem ser simples se devem ser eficazes. O conservador afirma que age somente após suficiente reflexão, pesando as conseqüências. Reformas, assim como as cirurgias, são perigosas quando repentinas e profundas.

Mais uma vez Platão, o autocrata. Ainda que não se possa reprovar o conselho da prudência (que, como caldo de galinha, não faz mal a ninguém), dizer que ela é a maior virtude do estadista revela uma concepção de política: a política feita a partir do Estado é a que realmente conta, a política *ex parte principis* é considerada em detrimento da política *ex parte populis* (sem a qual não pode haver democracia). Ora, a *politics*, diferentemente da *policy*, não pode ser orientada pela prudência, posto que ela não é feita, no seu conjunto, por um ser de razão, capaz de uma moralidade informada pela experiência passada e tendo em vista as conseqüências das ações no longo prazo. A *politics* (democrática) é feita por qualquer um do povo, não pelo sábio ou pelo bom governante que traça planos para (conduzir) os outros. É o entrechoque, a combinação e recombinação, as convergências e divergências, a polinização mútua das opiniões que gera o imprevisível resultado democrático, não o plano, a ação política intencional que projeta e conhece o resultado antes da interação. Desnecessário acrescentar qualquer coisa para mostrar que este é um pensamento avesso à democracia.

5 - Diversidade

Quinto, os conservadores prestam atenção ao princípio da diversidade. Eles sentem afeição pela intrincada proliferação de instituições sociais e de modos de vida estabelecidos de longa data, a distingui-las da uniformidade reducionista e do igualitarismo dos sistemas radicais. Para a preservação de uma saudável diversidade em qualquer civilização, nela devem sobrevir ordens e classes, diferenças em condições materiais e diversos modos de desigualdade. As únicas formas verdadeiras de igualdade são aquelas do Julgamento Final e aquelas perante um justo tribunal da lei; todas as demais tentativas de nivelamento irão conduzir, na melhor das hipóteses, à estagnação social. A sociedade requer liderança honesta e capaz; e se as diferenças naturais e institucionais forem destruídas, nesta mesma hora algum tirano ou um desprezível representante de oligarcas criará novas formas de desigualdade.

E mais uma vez aqui nos deparamos com essa conversa de "longa data", um pensamento mítico que não merece mais comentários. Vamos nos concentrar na curiosa noção de diversidade de Kirk. Imagina-se que Kirk está se debatendo com os fantasmas do coletivismo e do igualitarismo, o que seria correto. Mas logo em seguida ele esclarece que essa "saudável diversidade em qualquer civilização" (eis que surge afinal a palavra-chave: 'civilização') é feita por "ordens e classes" que sobrevivem. Mas sobrevivem de onde? Ele quer dizer que as pessoas não devem ser - porque não são - iguais, mas combater o igualitarismo não é combater a igualdade

(política). Se não há igualdade política não pode haver democracia. Esse pensamento não é apenas conservador, mas radicalmente autocrático. Segundo ele, *"a sociedade requer liderança"*, mas por que requer? E quem é *"a sociedade"* - uma abstração - que requer alguma coisa? E por que precisaríamos de liderança?

O mais grave porém vem na parte final da última frase: *"se as diferenças naturais e institucionais forem destruídas, nesta mesma hora algum tirano..."* Quais seriam as tais *"diferenças naturais"*? As que alocam as pessoas em diferentes "ordens" ou "classes" antes da interação? Mas como se formaram grupos, sejam ordens ou classes, sem que houvesse *clustering* (uma fenomenologia da interação)? Eles foram determinados por deus (sendo este o significado do *"sobrevir"*)? Parece que Kirk pensou em alguma coisa parecida com isso quando escreveu que *"as únicas formas verdadeiras de igualdade são aquelas do Julgamento Final e aquelas perante um justo tribunal da lei"*. Julgamento Final? O que seria isso? Esta é uma noção que só faz sentido num contexto religioso, que pressupõe uma instância sobre-humana (a sede de toda moral) julgando os humanos.

6 - Imperfeição

Sexto, os conservadores se purificam por seu princípio da imperfeição ("imperfectability"). A natureza humana sofre irremediavelmente de determinadas falhas graves, o sabem os conservadores. Em sendo o homem imperfeito, nenhuma ordem

social perfeita pode ser criada. Por conta de seu desassossego, a humanidade se rebelaria sob qualquer dominação utópica, e iria, mais uma vez, eclodir em violento descontentamento — ou então iria exaurir-se em tédio. Perseguir uma utopia é terminar em desastre, diz o conservador: nós não fomos feitos para coisas perfeitas. Tudo que podemos razoavelmente esperar é uma sociedade toleravelmente ordenada, justa, e livre, na qual alguns males, desajustamentos e sofrimentos estarão sempre presentes. Por intermédio de reformas prudentes podemos preservar e melhorar esta ordem tolerável. Mas se as antigas salvaguardas institucionais e morais de uma nação forem negligenciadas, então o impulso anárquico da humanidade será liberado de suas amarras: “a cerimônia da inocência estará perdida.” As ideologias que prometem a perfeição do homem e da sociedade converteram uma grande parte do mundo do século vinte em um inferno terrestre.

Este sexto princípio de Kirk revela o *genos* autocrático do seu pensamento. Começa dizendo que *"os conservadores se purificam"*: a ideia de purificação, de reparação do que é impuro, de limpeza de toda sujeira, é um dos principais indicadores de autocracia. Ele diz que a tal *"natureza humana"* (sim, tudo está baseado nessa imaginada natureza) *"sofre irremediavelmente de determinadas falhas graves"*. Não são falhas contingentes, não são erros de percurso e sim falhas que já vêm embutidas na nossa natureza, como se fossem defeitos de fábrica. Ou, quem sabe, impurezas adquiridas em razão do pecado original (Kirk não diz isso, mas faria sentido no contexto religioso do seu pensamento). Pior:

essas falhas são irremediáveis. Estamos condenados a elas (possivelmente porque fomos condenados por deus após a expulsão do paraíso).

Kirk quer combater a utopia, o que estaria correto. Mas, para tanto, não é necessário supor que haja alguma imperfeição em nossa natureza. Só o homem seria imperfeito, ou toda a criação carregaria esse fardo? Se não, por que, no conjunto dos seres vivos, a natureza humana viria com essas falhas graves? Ele não explica.

Kirk afirma que *"se as antigas salvaguardas institucionais e morais de uma nação forem negligenciadas, então o impulso anárquico da humanidade será liberado de suas amarras"* e... perderemos *"a inocência"*. Novamente aqui aparece essa história de *"antigas salvaguardas"*. De onde viria esse impulso anárquico da humanidade? Estaria ele também inscrito na nossa natureza? Só os seres humanos teriam tal impulso ou também os demais seres vivos teriam tendência à anarquia? A ideia de perda da inocência nos remete diretamente a um estado anterior, edênico, da humanidade.

Como todo pensamento hierárquico e autocrático, o conservadorismo de Kirk está baseado no mito.

7 - Liberdade <=> Propriedade

Sétimo, conservadores estão convencidos de que a liberdade e a propriedade são intimamente relacionadas. Separe a propriedade da posse privada e o Leviatã se transformará no mestre de todos. Por sobre as fundações da propriedade privada são erigidas

grandes civilizações. Quanto mais difundida for a posse da propriedade privada, mais estável e produtiva será uma comunidade. Nivelamento econômico, crêem os conservadores, não é sinônimo de progresso econômico. Acumular e gastar não são os principais objetivos da existência humana; mas uma base econômica sadia para o indivíduo, a família e a comunidade deve ser almejada.

Henry Maine, em sua “Village Communities”, expõe eloquentemente a causa da propriedade privada em distinção à propriedade comunal: “Ninguém tem a liberdade de atacar as diversas formas de propriedade privada e, ao mesmo tempo, dizer que valoriza a civilização. A história de ambas não pode ser desentrelaçada.” A instituição da propriedade privada tem sido um instrumento poderoso para ensinar responsabilidade a homens e mulheres, para prover motivos para a integridade, para suportar a cultura geral, para levantar a humanidade acima do nível do mero penoso laborar, por permitir o ócio para o pensar e a liberdade para agir. Para poder reter os frutos do trabalho do indivíduo e torná-los permanentes; para poder legar a propriedade de alguém à sua posteridade; para poder erguer-se da condição natural de opressiva pobreza à segurança da realização duradoura; para ter algo que realmente pertença a si mesmo — estas são vantagens difíceis de negar. O conservador reconhece que a posse da propriedade impõe certos deveres ao proprietário e aceita estas obrigações morais e legais alegremente.

Note-se que a liberdade só aparece em sétimo lugar na listagem de Kirk. E, quando aparece, já vem co-implicada com a propriedade. A propriedade já havia aparecido antes, no terceiro princípio, quando Kirk escreve que *"existem direitos cuja principal sanção é sua antiguidade, estando os direitos de propriedade, frequentemente, aí incluídos"*. Na verdade ele quer falar da propriedade privada e não da liberdade (a não ser a liberdade de se contrapor a sistemas que abolem a propriedade privada). Kirk não faz a menor ideia de liberdade, que é sempre a liberdade de criar o que ainda não existe e de ser infiel à sua origem. Pelo contrário, ele apela recorrentemente à fidelidade a tudo que está em algum lugar do passado e quanto mais remoto for esse passado, melhor. Repetir os costumes, as normas, as leis, os gostos e... desgraçadamente, também a política dos antigos é melhor do que inovar nesses campos.

O pensamento de Kirk não é apenas mítico, mas também sacerdotal: como se sabe, o sacerdote, ao contrário do profeta (que inventa futuro), repete passado criando sulcos para fazer escorrer por eles as coisas que ainda virão.

8 - Ações comunitárias voluntárias

Oitavo, conservadores suportam ações comunitárias voluntárias, tanto quanto se opõem ao coletivismo involuntário. Embora os americanos têm sido fortemente atrelados à privacidade e aos direitos privados, também são um povo notável pelo espírito bem sucedido de comunidade. Em uma comunidade genuína, as decisões

que afetam mais diretamente à vida dos cidadãos são feitas localmente e voluntariamente. Algumas destas funções são realizadas por instituições políticas locais, outras por associações privadas: desde que permaneçam locais e sejam acordadas por aqueles afetados, elas constituirão uma comunidade saudável. Mas quando estas funções passam, “naturalmente” ou por usurpação, à autoridade central, a comunidade estará em sério perigo. O que quer que seja benéfico e prudente na democracia moderna é feito a partir da vontade cooperativa. Se, então, em nome de uma Democracia abstrata, as funções da comunidade são transferidas a uma direção política distante — por que o governo real exercido pelo consentimento dos governados dá vez a um processo uniformizante que é hostil à liberdade e à dignidade humana.

Pois nenhuma nação é mais forte do que as pequenas e numerosas comunidades de que é composta. Uma administração central, ou um conjunto de seletos administradores e servidores civis, embora bem intencionados, não podem conceder justiça, prosperidade e tranquilidade a uma massa de homens e mulheres desprovidos de suas antigas responsabilidades. Essa experiência foi feita antes; e foi desastrosa. É o exercício de nossos deveres na comunidade que nos ensina a prudência, a eficiência e a caridade.

Este talvez seja o único princípio aceitável do pensamento de Kirk. Mas é preciso notar que ele pode apontar para uma espécie de localismo não-cosmopolita, ou seja, não para um glocalismo e sim para um localismo conservador, que aceita a localização do global desde que ela não

implique a globalização do local. É um pensamento que se adéqua ao comportamento político do Meio-Oeste americano, que quer manter as tradições e os costumes locais contra a globalização e que se recusa a ver que o local conectado é o mundo todo. Embora correto, esse pensamento pode dar margem a comportamentos políticos antidemocráticos, que estiveram na base tanto da eleição de Trump quanto da fundação da Al Qaeda.

9 - Restrições ao poder e às paixões

Nono, o conservador percebe a necessidade de prudentes restrições ao poder e às paixões humanas. Politicamente falando, o poder é a habilidade de realizar a vontade de um não obstante a vontade dos demais. Um estado onde um indivíduo ou pequeno grupo seja capaz de dominar a vontade de seus concidadãos sem qualquer supervisão, será despótico, seja denominado monárquico, aristocrático ou democrático. Quando cada pessoa reivindica ser um poder para si mesmo, então a sociedade cai em anarquia. A anarquia nunca dura por muito tempo, sendo intolerável para todos, e contrário ao inelutável fato de que algumas pessoas são mais fortes e mais inteligentes do que seus vizinhos. À anarquia sucede a tirania ou a oligarquia, em que o poder é monopolizado por uns poucos.

O conservador esforça-se para de tal forma limitar e balancear o poder político que a anarquia ou a tirania não possam surgir. Em

cada era, não obstante, homens e mulheres são tentados a superar as limitações sobre o poder, por conta de alguma vantagem provisória almejada. É característico do radical pensar o poder como uma força para o bem — tão logo o poder caia em suas mãos. Em nome da liberdade, os revolucionários franceses e russos aboliram as antigas restrições ao poder; mas o poder não pode ser abolido; encontra sempre seu caminho para as mãos de alguém. Esse poder que os revolucionários tinham pensado ser opressivo nas mãos do antigo regime transformou-se, muitas vezes, tão tirânico quanto o anterior nas mãos dos novos mestres radicais do estado.

Sabendo ser a natureza humana uma mistura de bem e de mal, o conservador não deposita sua confiança na mera benevolência. Limitações constitucionais, verificações e contrapesos políticos, o cumprimento adequado das leis, a antiga e intrincada teia das restrições por sobre a vontade e os apetites — isto é o que o conservador aprova como instrumentos da liberdade e da ordem. Um governo justo mantém uma tensão saudável entre as reivindicações da autoridade e as reivindicações da liberdade.

Este nono princípio é um libelo contra a anarquia. É curioso que Kirk - a pretexto de se opor ao despotismo - nivele monarquia, aristocracia e democracia. Isso indica que ele não tem uma visão da democracia como um valor e como realização do ideal de liberdade como autonomia. Se um governo democrático pode ser despótico, então não será mais democrático.

O último parágrafo, porém, revela novamente a estrutura do pensamento autocrático de Kirk. Quando ele diz que *"a natureza humana [é] uma mistura de bem e de mal"*, está dizendo que o homem tem de ser consertado pela civilização: pelo *"cumprimento adequado das leis, a antiga e intrincada teia das restrições por sobre a vontade e os apetites"* (sim, ele tem algum problema com os apetites). Não está dito aqui, mas pode-se pressupor que, para Kirk, há uma besta fera dentro do ser humano que precisa ser domada.

10 - Permanência e Progressão

Décimo, o pensador conservador compreende que essas permanências e mudanças devam ser reconhecidas e reconciliadas em uma sociedade vigorosa. O conservador não é oposto à melhoria social, embora duvide que haja algo como uma força geradora de algum Progresso místico, com "P" maiúsculo, operando no mundo. Quando uma sociedade está progredindo em alguns aspectos, geralmente está declinando em outros. O conservador sabe que toda sociedade saudável é influenciada por duas forças, que Samuel Taylor Coleridge chamou de sua Permanência e sua Progressão. A Permanência de uma sociedade é formada por aqueles interesses e convicções perenes que nos dão a estabilidade e a continuidade; sem essa Permanência, as origens profundas da sociedade são desfeitas, que cai em anarquia. A Progressão em uma sociedade é

esse espírito e esse conjunto de talentos que nos incitam à reforma e à melhoria prudentes; sem essa Progressão, um povo irá estagnar.

Consequentemente o conservador inteligente esforça-se para reconciliar as demandas da Permanência e as da Progressão. Pensa que o liberal e o radical, cegos às justas reivindicações da Permanência, poriam em perigo a herança nos legada, em um esforço para apressar-nos em algum duvidoso Paraíso Terrestre. O conservador, resumidamente, favorece o progresso racionalizado e moderado; é oposto ao culto do progresso, cujos adeptos acreditam que tudo que é novo é necessariamente superior a tudo que é velho.

A mudança é essencial ao corpo social, raciocina o conservador, apenas porque é essencial ao corpo humano. Um corpo que cessasse de se renovar começaria a morrer. Mas se esse corpo deve ser vigoroso, a mudança deve ocorrer de forma regular, harmonizando-se com a forma e a natureza desse corpo; se não a mudança produz um crescimento monstruoso, um câncer, que devora seu anfitrião. O conservador crê que nada em uma sociedade deva ser sempre completamente antigo, e que nada deva ser sempre completamente novo. Estes são os meios de conservação de uma nação, pois que são os meios da conservação de um organismo vivo. Apenas o quanto de mudança uma sociedade requer, e que sorte de mudança, depende das circunstâncias de uma era e de cada nação.

O décimo princípio - como todos os demais - é uma crítica ao pensamento revolucionário, contra a utopia (o que está correto), contra o

progressismo (idem) e contra a mudança que não leva em conta as tradições. Segundo Kirk é necessário manter os *"interesses e convicções perenes que nos dão a estabilidade e a continuidade; sem essa Permanência, as origens profundas da sociedade são desfeitas, que cai em anarquia"*. Mas se é a própria natureza humana que é falha, quais seriam esses *"interesses e convicções perenes"* que deveríamos manter? E quais seriam *"as origens profundas da sociedade"* que não podem ser desfeitas? Há aqui uma hipótese antropológica (e sociológica) não enunciada. Como ele, provavelmente, não está se referindo aos diversos grupos de humanos que experimentaram múltiplas formas de convivência ao longo da sua caminhada evolutiva durante mais de 90% da trajetória do *Homo Sapiens* e das demais espécies do gênero *Homo*, pode-se supor que o homem e a sociedade guardam alguma herança bendita que tem a ver não com a origem da humanidade e sim com a origem da civilização, quer dizer, da hierarquia e da autocracia como modo-de-vida e de convivência social. Kirk não quer manter os padrões de organização e os modos de regulação dos grupos de hominídeos, dos bandos de coletores e caçadores ou mesmo das sociedades paleolítica ou neolítica. Os valores, os costumes e as normas que ele quer preservar são os que surgiram nos primórdios do... Estado! Aí, na sua visão, é que estariam *"as origens profundas da sociedade"*: na civilização patriarcal. Eis o ponto.

Tais são então os dez princípios que têm aparecido frequentemente ao longo destes dois séculos do pensamento conservador moderno. Outros princípios de igual importância poderiam ter sido discutidos

aqui: a compreensão conservadora da justiça, ou a visão conservadora da educação. Mas tais assuntos, com o tempo a se esgotar, eu devo deixar a sua própria investigação.

O grande divisor de águas na política moderna, Eric Voegelin costumava apontar, não é a divisão entre liberais de um lado e totalitários do outro. Não, em um lado dessa linha estão todos aqueles homens e mulheres que acreditam que a ordem temporal é a única ordem, e que as necessidades materiais são suas únicas necessidades, e que podem fazer o que quiserem com o patrimônio humano. No outro lado dessa linha estão todos aqueles povos que reconhecem uma ordem moral perene no universo, em uma natureza humana constante, e em elevados deveres para a ordem espiritual e a ordem temporal (1).

O epílogo do decálogo de Kirk apenas reafirma o que foi dito no primeiro princípio: há uma ordem moral perene no universo (curioso esse deslocamento: a ordem moral não afetaria somente o ser humano e a sociedade, mas todo o universo) coerente com uma natureza humana constante. Se nem a evolução muda essa natureza humana (posto que ela é invariante), então é sinal de que a ordem moral é antropogônica (e cosmogônica). Ora, uma ordem com tais características só pode ser uma ordem divina. Como ele diz, é uma ordem espiritual, que plasma uma ordem temporal.

Ainda que a democracia não precise se justificar com base em alguma ideologia (seja conservadora ou revolucionária), parece claro que ninguém

pode ser conservador, nos termos de Russell Kirk, e ser um democrata. Como dissemos, este não é apenas um pensamento conservador e sim um pensamento autocratizante. É um pensamento típico da tradição patriarcal, ou seja, mítico, sacerdotal, hierárquico e autocrático. Essas ideias-implante, contidas nos dez princípios conservadores de Russel Kirk, são capazes de desabilitar qualquer pessoa por elas infectada a aceitar a democracia. É um lixo autocrático perigoso, um *software* capaz de danificar o *hardware*, ou seja, de lesionar as mentes e deformar o tecido social que rodam esse tipo de programa.

ASHFORD

Os Dez Princípios do Liberalismo Clássico por Nigel Ashford

O que é liberalismo clássico? É um conjunto de ideias que coloca o indivíduo como o seu centro. Liberais clássicos discordam em muitas coisas, mas eles concordam em dez princípios básicos.

Raramente há, nos escritos dos liberais-econômicos, uma definição clara do que seria 'o indivíduo'. Não se sabe se se trata do exemplar da espécie *Homo Sapiens* (ou de qualquer espécie do gênero *Homo*) ou se se trata da ser humano concreto, a pessoa. Sim, são coisas diferentes. Enquanto um é um indivíduo, no sentido de um ser biológico da espécie (ou do gênero), o outro é uma entidade biológico-cultural (ou um ente social, que chamamos de pessoa). Não vamos entrar aqui na discussão de fundo sobre tais diferenças. As diferenças são relevantes no debate, quando se aponta os limites do individualismo (inclusive do chamado individualismo metodológico esposado por boa parte dos liberais-econômicos). Por não percebê-las, os liberais-econômicos tendem a avaliar que quem critica o individualismo defende algum tipo de coletivismo. Não lhes ocorre que a crítica pode estar baseada na ideia de que o social não é um conjunto de indivíduos e sim o que acontece entre eles para dar origem à pessoas. Porque eles nem desconfiam que existe essa diferença brutal entre indivíduo e pessoa.

1 - Liberdade

O número um é que a liberdade é o valor político fundamental. Temos muitos valores políticos, porque nos importamos com a família, com a religião. Mas quando a questão é uma decisão política sobre o que o governo deve fazer, liberais clássicos tem um padrão claro de raciocínio: isto aumenta ou diminui a liberdade do indivíduo? O governo deve agir somente para prevenir danos a terceiros.

Do ponto de vista da democracia está correto colocar a liberdade como o valor político fundamental (e isso é uma diferença essencial entre liberais e conservadores, para os quais o valor fundamental é a ordem); mais do que isso, porém: ela é o sentido da política.

A segunda frase, entretanto, já é meio problemática, ao colocar, como exemplos de valores políticos, a família e a religião. Família e religião não são valores democráticos. Se a família em questão for a família monogâmica e se a religião for patriarcal (como o são as religiões propriamente ditas, cujos deuses são sobrenaturais, exigem culto e um corpo sacerdotal, intermediário entre os fiéis e a divindade), não são valores democráticos (e sim autocráticos). Família monogâmica e religião (propriamente dita, excluídas as manifestações espirituais de povos cujos deuses eram naturais - como a deusa-mãe neolítica, por exemplo - e que não exigiam um corpo sacerdotal como estamento destacado) são fenômenos culturais próprios de sociedades com Estado, com padrão de organização hierárquico e modo de regulação autocrático.

2 - Individualismo

Segundo princípio, individualismo. Sustentar que o indivíduo é mais importante do que o coletivo. Não devemos sacrificar os interesses dos indivíduos por aquilo que algumas pessoas chamam de “o bem comum”, que é o centro das atenções do comunismo e do fascismo para os quais o indivíduo não importa. Todo indivíduo importa e todo indivíduo merece respeito.

Há aqui um problema, já mencionado acima. A afirmação de que “o indivíduo é mais importante do que o coletivo” pode servir como crítica às ideologias coletivistas (como o comunismo e o fascismo), mas é equívoca. Coletivo não é o mesmo que coletivismo, que nasce de uma apreensão massificante e uniformizante das diferenças individuais. O conceito de humanidade, por exemplo, aponta para uma dimensão coletiva, ainda que se realize (fractalmente) em cada indivíduo (em termos um tanto poéticos poderíamos dizer que humanidade é uma qualidade da alma), mas não se pode dizer que o indivíduo é mais importante do que a humanidade.

Esse problema do pensamento do liberalismo-econômico ocorre por duas razões. A primeira delas é a de ter sido formulado como reação ao marxismo e ao fascismo, que são formas de estatismo que desvalorizam o indivíduo. Todo pensamento formulado como reação a alguma coisa tem um lado instrumental - de servir ao combate de ideias - que enfraquece a sua capacidade analítica e a sua potência heurística.

A segunda razão é a sua falta de reflexão sobre o que é o humano. O humano propriamente dito não é o ser biológico (o indivíduo da espécie

ou do gênero - portador do genoma humano) e sim o ser biológico-cultural, ou seja, o ser que (carregando esse genoma) foi humanizado pela interação com outros humanos (a pessoa, um ente social). O genoma humano qualifica o ser humanizável, mas não o ser que se consuma como humano.

Essa inconsistência ou fraqueza do pensamento do liberalismo-econômico é grave porque revela uma incompreensão do social. O social não é o coletivo, a coleção dos indivíduos, mas o que está entre eles (sem o que, aliás, não existe política). Não tem nada a ver com a propalada platitude segundo a qual o ser humano é sociável e sim com a constatação de que o ser humano é social. Não é que primeiro existam os indivíduos para, depois, quando tais indivíduos interagem, surgir a sociedade. Quando surge o ser propriamente humano é porque já há interação entre seres humanizáveis: do contrário o humano não teria surgido em grupos de homínídeos que têm características genéticas extremamente semelhantes (o humano não é apenas um produto epigenético e sim um produto da interação - social - entre portadores do mesmo genoma: e por isso o social é tão importante). Ou então teríamos que adotar a hipótese religiosa de que o ser humano foi criado por um deus ou ser superior. O medo de se deixar contaminar pelo coletivismo levou os pensadores do liberalismo-econômico a achar que qualquer prevalência do social sobre o individual seria nociva. Mas não se trata de prevalência. O social não é uma massa informe que elimina as diferenças individuais, antes as reforça: toda pessoa é *unique*. Cada personalidade que se conforma expressa uma configuração diferente da nuvem interativa, que se modifica com o tempo

(ou melhor, com o fluxo interativo da convivência social). A pessoa (o humano propriamente dito) é uma realidade alostática (não homeostática), é uma história fenotípica, uma trajetória de adaptações e não um *steady state* que se preserva protegendo-se da interação e das mudanças acarretadas pela interação.

O pensamento do liberalismo-econômico é por demais primário em termos filosóficos e desinformado em termos científicos (da nova ciência das redes, que investiga a fenomenologia da interação) para perceber essas diferenças. E, assim, insiste na afirmação de uma abstração: o indivíduo, sem perceber que ter características individuais (ou individualizáveis) é um atributo da pessoa e que, pelo contrário, a abstração chamada indivíduo (usada por estatísticos e economistas) aponta para o oposto do pretendido.

3 - Ceticismo quanto ao Poder

Poder é a habilidade de fazer outras pessoas fazerem o que você quer, e que de outro modo elas não fariam. O governo, por exemplo, frequentemente afirma que “estamos forçando você a fazer isso porque é do seu próprio interesse fazê-lo”. Mas, estamos cientes de que quando pessoas no poder fazem isto, é porque é benéfico para elas mesmas. Liberais clássicos acreditam que a melhor pessoa para satisfazer os interesses dos indivíduos é o próprio indivíduo. Podemos recomendar coisas, mas no final das contas é o indivíduo

quem deve decidir pelos seus próprios interesses. Outras pessoas não deveriam forçá-lo a fazer coisas que ele não quer.

Correto, mas isso não é bem um ceticismo (um oposto do acreditar) e sim uma posição contra a hierarquia e a autocracia. Ademais as pessoas podem fazer coisas porque desejam e não apenas porque tenham interesse em fazê-las (tomando a palavra interesse no seu sentido econômico, como uma preferência ou vantagem egotista) e este é um outro problema da visão dos liberais-econômicos, que comentaremos mais adiante.

4 - Império da Lei

Esta é a ideia de que há alguns princípios fundamentais pelos quais devemos examinar o que o governo faz, as ações do governo. Algo que, por exemplo, a Suprema Corte às vezes burla quando cria certas legislações e passa para o Presidente ratificar, porque seu conteúdo vai contra certos princípios incorporados à Constituição. Liberais clássicos acreditam que os princípios do império da lei devem ser aplicados a tudo que o governo faz em qualquer lugar do mundo.

Um exemplo é a igualdade perante a lei. As pessoas devem ser tratadas da mesma maneira, independente de sua raça, gênero, religião, classe social ou orientação sexual. É por isso que liberais

clássicos sempre opuseram-se à ideia de que as leis devem tratar brancos e negros de maneira distinta.

Correto, mas é preciso dizer que o liberalismo (em seu sentido político, já que aqui se trata também do governo) aceita o império da lei como negação do império de um soberano (de um ser humano poderoso ou de um conjunto de seres humanos superiores em qualquer aspecto: de força, conhecimento ou riqueza). A palavra 'império' já é incompatível com a democracia (e, portanto, com o liberalismo político) e só foi usada para realçar a recusa em ter um senhor (que constitui geneticamente a democracia, na definição de Ésquilo (472), em Os Persas, referindo-se aos atenienses do século 5 AEC: "*não são escravos, nem súditos de ninguém*").

5 - Sociedade Civil

A sociedade civil é composta daquelas organizações voluntárias que estão entre o indivíduo e o Estado. Liberais clássicos acreditam que a maioria dos problemas sociais podem ser resolvidos mais efetivamente através destas associações voluntárias, como a família, a igreja, as instituições de caridade. Por que elas tem o conhecimento sobre os indivíduos com as quais elas lidam. A sociedade civil é muito mais eficiente do que as burocracias do governo e regras inflexíveis que não podem se adaptar de acordo com as circunstâncias individuais das pessoas. Então a sociedade civil pode fazer a maior parte das coisas que hoje queremos que o Welfare State faça.

O sentido geral está correto, mas os argumentos são pobres e, alguns, errados. Ainda bem que, nesta vertente de Ashford, o liberalismo-econômico aceita a sociedade civil com uma forma de agenciamento autônoma (ou quase) e não como um epifenômeno (como avaliam outros expoentes do pensamento do liberalismo-econômico, para os quais só existem o Estado e o mercado). Todavia, a sociedade civil não é composta por organizações voluntárias (presume-se, pelos exemplos que deu, que o autor não inclui aqui as empresas) que estariam entre o indivíduo e o Estado. Esta é a chamada 'sociedade civil organizada', mas a maior parte da sociedade civil é desorganizada, composta por miríades de grupos informais, como os grupos de amigos e conhecidos, com ligações fracas entre si. Por outro lado, conquanto as famílias, a rigor, sejam parte da chamada sociedade civil (no limite, até mesmo os indivíduos), a família não é exatamente um exemplo de associação voluntária: para os filhos, por exemplo, pelo menos até certa idade, não há nenhuma possibilidade de não-adesão.

6 - Ordem Espontânea

Ordem significa a existência de uma regularidade e previsibilidade no mundo. Quando pessoas estão tomando decisões sobre o que fazer elas precisam saber que tipo de resultados podem emergir destas decisões. Algumas pessoas parecem entender que a ordem requer algumas instituições, alguém para manipular e organizar as coisas. Liberais clássicos não acreditam nisso. Eles acreditam que a

ordem pode emergir espontaneamente. As pessoas, através de sua interação voluntária, criam as regras pelas quais elas convivem.

Um exemplo clássico é a língua. Ninguém inventou a língua portuguesa, ela surgiu conforme as pessoas comunicavam-se umas com as outras, e as suas regras foram criadas neste processo.

Não precisamos de outras pessoas para planejar as nossas vidas.

Este é o princípio mais liberal de todos os princípios elencados por Ashford: o de que a ordem pode surgir espontaneamente (ou seja, de que existe ordem emergente). Nenhum conservador concordaria com isso, o que conta ponto - do ponto de vista da democracia - para o pensamento liberal. A democracia é uma aposta na ordem emergente da interação de uma multiplicidade de opiniões.

A frase final, contudo, de certo modo contradiz as anteriores. Não é que não precisamos de outras pessoas para planejar nossas vidas e sim justamente o contrário: sempre precisamos das outras pessoas. Não somos pessoas sem as outras pessoas: um indivíduo isolado não seria humano (a não ser como potencialmente humano, humanizável). Planejar nossas vidas é um conceito estranho, na medida em que a vida é fluxo é, a rigor, não planejamos quase nada, mas vá-lá. Mesmo para fazer planos para nós, contamos com o concurso de outras pessoas que interagem conosco, nossos familiares e parentes, nossos amigos e vizinhos, nossos colegas de estudo, trabalho, devoção ou lazer e, até, de pessoas que não mantêm laços fortes conosco. Aliás, no conjunto, as influências que sofremos de pessoas com as quais interagimos eventualmente, os tais

laços fracos - confira The Strength of Weak Ties de Mark Granovetter (1973) - são desproporcionalmente decisivas em nossas escolhas (achamos que planejamos as nossas vidas a partir da avaliação dos benefícios que queremos alcançar: a carreira que vamos seguir, o carro que vamos comprar, as refeições que vamos comer e, até, as doenças que não vamos ter, mas isso não é verdade, como vem mostrando a nova ciência das redes). Ashford deveria dizer que não precisamos de Estado ou de instituições acima de nós para criar planos que devamos seguir, isto sim.

7 - Livre mercado

O comércio, os negócios, devem ser deixados para as atividades voluntárias entre indivíduos. O governo não deve dizer às pessoas onde trabalhar, o que vender, quanto gastar, o que construir. Isto deve ser deixado por conta das interações voluntárias entre as pessoas. A propriedade privada permite isso.

Também é necessário garantir que quando há disputas elas possam ser resolvidas pacificamente.

Como nos mostra a história, quando se deixa a Economia na mão de mercados livres em vez de organização ou planificação estatal, a prosperidade aumenta, a pobreza diminui e aumenta também a produção de bens que as pessoas querem consumir.

Não se sabe se Ashford inclui o mercado dentro da sociedade civil, parece que não - o que está correto do ponto de vista da racionalidade que preside essas diferentes formas de agenciamento. O contexto em que a propriedade privada aparece no decálogo de Ashford também parece correto: em vez de ser um princípio afirmado aprioristicamente, como um postulado metafísico (equivalente à liberdade, como fazem muitos pensadores conservadores e liberais-econômicos), a propriedade aparece aqui como necessária ao funcionamento do livre mercado.

8 - Tolerância

Tolerância é a crença de que não se deve intervir em coisas que desaprovamos. Tolerância não significa permitir as pessoas fazer coisas porque concordamos com elas ou porque achamos que é bom. É uma questão de certos princípios morais: “eu penso que isto é errado, mas não vou forçar as minhas opiniões sobre você”. Por exemplo, não forçar sua opinião através do aparato estatal para forçar pessoas a parar de fazer algo só porque você desaprova.

Um caso clássico é o da liberdade de expressão. Pessoas devem ter a permissão de dizer coisas que desaprovamos. Tolerar coisas, mesmo as que desgostamos e desaprovamos.

Este é um daqueles princípios caldo de galinha, como a prudência dos conservadores, que não faz mal a ninguém. Mas não deixa de ser importante para estabelecer um contraponto com as doutrinas que

exigem a adesão a uma crença e que excluem as demais, ou melhor, excluem todos os demais, que esposam outras crenças, como infiéis. E é sempre bom reafirmar a liberdade de expressão.

9 - Paz

Paz é o estado no qual podemos conduzir nossas vidas e nossos interesses sem violência ou guerra. De acordo com os liberais clássicos, isto é mais facilmente obtido sem interferir em outros países. E é por isso que eles favorecem uma política externa de não-intervenção, aderindo à proposta de uma maior interação entre nações e às chamadas quatro liberdades. Deve haver livre movimentação de capital, trabalho, pessoas, bens e serviços e também a livre movimentação de ideias. Se tivermos um mundo onde a livre movimentação seja um valor respeitado, os liberais clássicos acreditam que este será um mundo de paz.

A paz como caminho (como processo e não como estado ou objetivo a ser alcançado) é um conceito cognato ao de democracia. Mas há aqui um desconhecimento - ou uma visão ingênua - da natureza da guerra. A guerra não é o mesmo que a violência (como parece ter afirmado Ashford ao dizer no final da primeira frase "*sem violência ou guerra*"). A guerra ocorre - como já havia percebido até o conservador Hobbes (1651) - quando a violência não está acontecendo: ela é, propriamente, a preparação para a guerra, o estado de guerra. É um engendramento que cria e mantém inimigos como pretexto para adotar padrões de

organização hierárquicos e modos de regulação autocráticos. Aliás, a guerra é a autocracia, que pode se realizar na ausência de violência física (a violência propriamente dita).

10 - Governo Limitado

Há bem poucas coisas que o governo deveria fazer. O objetivo do governo é simplesmente proteger a vida, a liberdade e a propriedade. Qualquer coisa além disso não é justificável. O governo deve ser estritamente limitado.

Então, se você acredita nestes dez princípios, você é um liberal clássico (2).

Um liberal teria a obrigação de dizer que todo governo é oligárquico, seja limitado ou não. A frase final é esclarecedora: "*se você acredita...*" Não está dito se você se comporta de acordo com tal e qual coisa e sim: se você crê. É um credo mesmo.

Também é significativo que Ashford não tenha usado - em nenhum dos seus princípios ou na introdução do decálogo - a palavra democracia.

STEWART

Os Princípios do Liberalismo por Donald Stewart Jr

O liberalismo é uma doutrina voltada para a melhoria das condições materiais do gênero humano. A erradicação da pobreza e da miséria será mais rápida e mais amplamente alcançada através da livre interação dos indivíduos.

O liberalismo é uma doutrina, afirma Stewart. É significativo que ele não diga que é um comportamento político, mas uma doutrina. Adiante.

1 - Liberdade

A liberdade entendida como ausência de coerção de indivíduos sobre indivíduos, isto é: que a ninguém seja permitido recorrer à força ou à fraude para obrigar ou induzir alguém a fazer o que não deseja.

A escolha da liberdade como valor supremo não decorre de razões de natureza mística ou metafísica; decorre do fato de que um sistema baseado na liberdade propicia um maior desenvolvimento das potencialidades individuais e uma maior produtividade do trabalho humano, sendo portanto do interesse de todos os habitantes do mundo. O pensamento econômico e a experiência histórica não conseguiram, até hoje, sugerir um outro sistema social

que seja tão benéfico para as massas quanto o liberalismo. Um sistema baseado na liberdade pressupõe, necessariamente, uma ampla garantia ao direito de propriedade.

Stewart define a liberdade como ausência de coerção de indivíduos sobre indivíduos. Está correto, mas não é uma definição suficientemente forte de liberdade. A liberdade é, antes de qualquer coisa, a liberdade de criar o que não existe e de ser infiel à sua origem, de poder fazer o que não é necessário, de andar sem rumo e de estar abandonado ao fluxo interativo da convivência social, ao léu, sujeito ao acaso, à falha, ao erro. É importante fazer tal observação porque, no segundo parágrafo, o autor fornece uma razão utilitária para a liberdade: propiciar um maior desenvolvimento das potencialidades individuais (até aí tudo bem) e uma maior produtividade do trabalho humano (e aqui já não está tão bem: a liberdade não pode ter um propósito produtivista).

Outro escorregão é essa história de que o liberalismo seria um sistema social mais benéfico do que qualquer outro "*para as massas*". Afinal, o liberalismo é uma doutrina ou um sistema social? Devemos entender que é um sistema social baseado em uma doutrina? Isso significaria que é um sistema social implantado por pessoas que conhecem e aderem à doutrina (uma doutrina melhor do que as outras)? A formulação é tão confusa que não merece mais comentários.

Outro aspecto não considerado por Stewart - e por nenhum pensador do liberalismo-econômico - é que só no mundo social faz sentido o conceito

de liberdade: o indivíduo isolado não teria liberdade, mesmo que não sofresse coerção por parte de ninguém.

No final há um leve imbricamento entre os conceitos de liberdade e propriedade, que é comum tanto a conservadores quanto a liberais-econômicos.

2 - Propriedade

A propriedade entendida como o direito de o indivíduo dispor livremente de seus bens materiais, de sua capacidade de trabalho, de seu corpo e de sua mente.

O liberalismo pressupõe a existência de paz, para que a cooperação social e a divisão do trabalho possam florescer plenamente; para que a competição possa ser a mais ampla possível. Se a competição for limitada às fronteiras nacionais, seus efeitos serão benéficos; se for ampliada para que prevaleça entre um grupo de países, seus efeitos serão melhores ainda; se for estendida a todo o planeta, seus efeitos serão o máximo que o homem pode almejar nas condições vigentes de conhecimento tecnológico e de disponibilidade de capital. O liberalismo reconhece a inviabilidade da liberdade total, anárquica, e acata o conceito de liberdade compatível com a convivência social baseada no intercâmbio espontâneo entre os indivíduos. Reconhece, assim, para que a liberdade possa produzir os seus efeitos, a imperiosa necessidade de uma ordem geral.

Afinal aparece entre os primeiros princípios (no caso, já em segundo lugar) o conceito de propriedade. Na verdade trata-se, porém, de uma crítica ao pensamento libertário, terminando por afirmar "*a imperiosa necessidade de uma ordem geral*". É uma clara restrição à liberdade sob a alegação da "*inviabilidade da liberdade total, anárquica*". Ora... o que é liberdade total? Toda liberdade é total (naquilo que tem de livre: se não for total já estará restrita por efeito de alguma coerção, o que colide com a definição de Stewart da liberdade como ausência de coerção). Essa contradição (ou inconsistência) é o resultado direto do conceito fraco de liberdade adotado pelo autor.

Voltemos porém à defesa da propriedade. Fica claro que é um pensamento econômico, não político, ou melhor, um pensamento que subordina a política a uma lógica econômica. As considerações sobre a competição são um indicador desse viés economicista. Claro que a competição é necessária para o mercado, mas isso não significa que se possa basear um sistema social na competição (como quer este liberalismo de Stewart). A racionalidade que preside a forma de agenciamento chamada mercado não é a mesma que preside a forma de agenciamento chamada sociedade (compreendendo a sociedade civil, um conceito que ele não usa). Quem tem de ser de mercado é a economia, não a sociedade. Mercados competitivos só conseguem prosperar em sociedades colaborativas (ou com estoques suficientes de capital social). Sociedades competitivas inviabilizam a vida dos entes e processos de mercado.

O autor não está falando de um sistema social, no máximo de um sistema econômico, isto sim, ainda que mesmo para um sistema econômico seja necessária a cooperação (que ele até menciona) e a confiança (ou o capital social, que é a confiança ampliada socialmente). Ao que parece o liberalismo-econômico não vê diferença entre as duas coisas: é como se um sistema econômico contivesse em suas entranhas um sistema social e político. A economia determinaria (como a estrutura dos marxistas) as outras esferas da atividade humana (a superestrutura). É a mesma coisa, ou seja, ainda é economicismo: desde que aceitemos o direito individual à propriedade privada e a liberdade de mercado.

Stewart afirma *"a imperiosa necessidade de uma ordem geral"* para que *"a liberdade possa produzir os seus efeitos"*. Deixando de lado essa conversa de que a liberdade tem que produzir efeitos ou ter alguma utilidade (econômica, por certo), já comentada acima, ele deve estar pensando nos efeitos econômicos da liberdade de mercado, não nos efeitos sociais (que não são efeitos propriamente, senão atributos) da liberdade. E, mesmo assim, isso não tem a ver como uma ordem geral (ele parece estar falando do Estado como garantidor dos contratos e demais transações econômicas, na segurança jurídica e em outras regulações heterônomas) e sim com um modo de regulação de conflitos prevalecente na sociedade. O liberalismo de Stewart é um liberalismo anti-libertário.

3 - Ordem

A ordem entendida como o respeito a um conjunto de normas gerais de conduta, legitimamente geradas pelos cidadãos, às quais todos, inclusive o governo, têm que se submeter.

O liberalismo pressupõe, portanto, a existência de um Estado organizado que detenha o monopólio da coerção e de um governo, encarregado de administrar o aparato estatal de compulsão e coerção. O papel essencial do governo é o de impedir – eventualmente punindo-o – que um cidadão possa usar de violência ou fraude para atingir seus objetivos; é o de proteger e preservar a vida, a liberdade, a propriedade e a saúde dos indivíduos; é o de manter o ambiente institucional e o respeito às regras, de modo a que possam florescer os talentos e as capacidades individuais. Em resumo: é o de promover a ordem e a justiça.

Aqui então aparece - associado à ordem como fim - o Estado hobbesiano (não o Estado spinoziano, que seria o único compatível com um pensamento liberal em termos políticos). Escreve Stewart: "*Em resumo: é o de promover a ordem e a justiça*". Não, isso não é resumo nem do que ele disse anteriormente: "*preservar a vida, a liberdade...*" E isso diz tudo.

4 - Justiça

A justiça entendida como a aplicação eficaz das normas gerais de conduta a casos concretos, particulares. A aplicação da justiça

implica que haja a igualdade de todos perante a lei, que não sejam concedidos privilégios a pessoas ou grupos, e que sejam respeitadas as minorias. O ser humano é a menor das minorias.

O regime liberal, no plano político, se caracteriza por garantir a liberdade de expressão, de locomoção, de crença, de reunião, e pela institucionalização da democracia.

Sim, é a versão de Stewart do império da lei. Aqui aparece pela primeira vez a palavra democracia, mas como algo a ser institucionalizado, não como processo de democratização.

5 - Democracia

A democracia entendida como a liberdade para escolher as pessoas que irão exercer as funções de governo e que, portanto, irão deter o comando do aparato de coerção e compulsão.

Para que haja liberdade de escolha, é indispensável que haja eleições periódicas, que os indivíduos possam se organizar em torno de ideias e princípios que considerem mais adequados para a sociedade, e que possam formar partidos políticos de qualquer natureza. Essa liberdade de escolha precisa estar protegida por salvaguardas, de forma a impedir que um partido político, eventualmente no poder, venha a utilizar o aparato de coerção para suprimi-la; uma eventual maioria política não pode ter o direito de suprimir eleições ou de impedir a formação e a atuação de partidos

políticos. O regime liberal, no plano econômico, se caracteriza por assegurar o funcionamento da economia de mercado.

Note-se que Stewart, ao contrário de Ashford, usa a palavra democracia (o que a maior parte dos conservadores e muitos liberais-econômicos preferem não fazer). Mas estamos diante de um conceito pedestre de democracia. É a democracia reduzida à sua dimensão eleitoral. Democracia serve, na visão de Stewart, para escolher governantes. E para garantir a direito de organização política (de formar partidos para, obviamente, concorrer a eleições e escolher governantes). Por último, serve para assegurar o funcionamento da economia de mercado, mas isso é atribuído ao regime liberal (que, espera-se, foi tomado como sinônimo de democracia). É um modo de administração política do Estado, não um processo de democratização da sociedade e do Estado.

6 - Economia de mercado

A economia de mercado entendida como liberdade de iniciativa, como responsabilidade individual, como o direito de entrada no mercado para produzir os bens e serviços que os consumidores desejam. Significa liberdade de contrato representada pelo estabelecimento de preços, salários e juros, sem restrições de qualquer natureza.

O livre funcionamento de uma economia de mercado implica que não sejam concedidos a pessoas ou grupos privilégios tais como

subsídios, reserva de mercado, monopólio, licenças cartoriais e protecionismos de qualquer espécie. Implica que prevaleça sempre a soberania do consumidor (3).

É a defesa clássica, feijão-com-arroz, do livre mercado, mas está correto.

O pensamento liberal de Stewart é, na verdade, um pensamento conservador, mais conservador do que o de Ashford, que comentamos acima. Em termos políticos é a defesa da manutenção do regime inventado pelos modernos no século 17, cujo centro é o Estado-nação, mas cujo papel precípua é garantir algum tipo de ordem para que as coisas continuem funcionando a contento (sobretudo a economia). O Estado-nação europeu moderno, entretanto, - um fruto da guerra, da paz de Westfália - é um óbice para a democracia, não uma condição, nem um sujeito adequado (e tanto é assim que ele teve de ser domesticado pela fórmula do Estado democrático de direito, do contrário avançaria sobre os direitos dos seus próprios cidadãos, abrindo guerra contra eles).

Em resumo, o pensamento do liberalismo-econômico, tomado pelos exemplos das cartilhas de Ashford e Stewart (mas não mudaria grande coisa se tomássemos os escritos da maioria dos seus produtores, com raras exceções de algumas formulações mais sofisticadas como, talvez, as de Hayek), não é um pensamento contrário à democracia realmente existente nos países que a adotam. E felizmente não desabilita - tal como ocorre com o pensamento conservador, que examinamos no segundo artigo da série, tomando como exemplo o decálogo de Russell Kirk) - seus seguidores para a democracia como regime de governo, ainda que não

seja favorável à apreensão da democracia como processo de democratização. É também um pensamento conservador na medida em que não é inovador. É uma narrativa legitimatória da maioria dos regimes políticos vigentes em democracias representativas e formais.

O pensamento do liberalismo-econômico, que não pode ser confundido com o liberalismo em termos políticos (e por isso foi chamado aqui de liberalismo-econômico, para realçar sua natureza de vertente do economicismo - um ramo não marxista e não estatista), é um pensamento fraco em termos teóricos, desnecessário tanto para a apreensão da democracia como ideia, quanto para a realização de comportamentos compatíveis com a democracia (como, de resto, qualquer doutrina). É mais uma doutrina, que já faz muito por não se opor às democracias que temos, mas nada inspira na direção das democracias que queremos.

NOTAS E REFERÊNCIAS

(1) Adaptado da Política da Prudência (ISI Livro, 1993). *Copyright* © 1993 por Russell Kirk. Usado com permissão do espólio de Russell Kirk. Traduzido para o português e publicado na Internet por Ivan C. P. da Cruz com autorização de Annette Kirk. Texto original em inglês em (Original text in English at): The Russell Kirk Center of Cultural Renewal.

(2) Tradução e adaptação, por Renan Felipe dos Santos, do vídeo de Nigel Ashford para o LearnLiberty.org.

(3) Artigo retirado do livro O Que é o Liberalismo, de Donald Stewart Jr., editado pelo Instituto Liberal desde 1988.